

MUNICIPAL

Junqueira dá posse ao Conselho de Transportes e Habitação

>> **Diego Soares**
Assessoria de Imprensa

O Prefeito de Tangará da Serra, Fábio Martins Junqueira, deu posse na manhã desta quarta-feira, 05, aos membros do Conselho Municipal do Fundo de Transportes e Habitação (FETHAB). A posse ocorreu na sede do Poder Executivo. O Conselho tem por finalidade garantir o acompanhamento e fiscalização dos recursos financeiros provenientes da parcela das contribuições Fethab que são destinadas ao Município.

Foram nomeados pelo Prefeito membros do Poder Executivo e indi-

cados pelas associações Vale do Sepotuba, dos Feirantes, Associação Comunitária Vale do Sol, Associação 29 de Novembro e Associação dos Produtores do Rio Verde.

Foram empossados como representantes do Poder Executivo, o Superintendente de Governo, Eris Alves Ponde, o Secretário Municipal de Agricultura, Ander Santos, Secretário de Infraestrutura, Selton Vieira, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Sidney de Moura e da Secretaria de Planejamento, Ricardo Nabor Vespúcio. Além desses, dois representantes, um titular e um suplente de cada associação, foram

empossados pelo Prefeito.

“O Conselho Municipal do Fundo de Transportes e Habitação detém uma importância significativa, pois terá acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao Município que são feitos pelo Estado através do Fethab e a sua aplicação. O Conselho terá a responsabilidade de emitir relatório trimestral de suas atividades e as divulgando no site da Prefeitura. O Conselho também irá elaborar seu próprio regimento interno, enfatizando que o exercício da função de Conselheiro não é remunerado”, explicou Junqueira.



Fábio Junqueira deu posse ao novo Conselho

VILA GOIÁS



A cobrança vem sendo feita desde 2015

Sebastian cobra reforma e ampliação da USF

>> **Marcos Figueiró**
Assessoria de Imprensa

Professor Sebastian (PSB), relator da Comissão de Saúde do Poder Legislativo Tangaraense tem cobrado veementemente da Secretaria Municipal de Saúde a reforma e a ampliação da Unidade de Saúde da Família da Vila Goiás.

Segundo o vereador, é preciso que o Município reapresente com urgência a Vigilância Sanitária o projeto de adequação da unidade, para análise, uma vez que o projeto apresentado em setembro de 2016 não estava adequado. “Desde o ano de 2015 o nosso Gabinete vem requerendo ao Executivo Municipal melhorias ao que se refere a estrutura física da Unidade de Saúde da Família do Jardim Goiás”, conta o vereador Professor Sebastian.

O vereador chegou a encaminhar dois requerimentos este ano, ao Governo do Município solicitando documentos e informações a respeito da

reforma e ampliação da unidade, e ao Escritório Regional de Saúde pedindo documentos e informações a respeito da aprovação da Vigilância Sanitária com relação ao projeto de adequação da USF.

Como resposta ao último requerimento endereçado à Prefeitura, o vereador recebeu ofício que atribui a não execução da reforma em 2016 por conta de atraso na aprovação de projeto por parte da Vigilância Sanitária. Diante dessa resposta, Sebastian encaminhou novo requerimento, agora a diretora do Escritório Regional de Saúde, solicitando informações e documentos relativos a aprovação do projeto pela Vigilância Sanitária. Na resposta, a diretora informou que o projeto foi retirado pelo Município, para correção, no dia 03 de fevereiro e, até o momento, não foi reapresentado.

Ao reafirmar a cobrança, Professor Sebastian pede agilidade nas ações por parte do Município e na avaliação do projeto por parte do Estado.

ILEGALIDADE

Após críticas, secretário contrapõe vereadores



“Aqui não tem secretário fraco, tem secretário honesto”, rebate Fernandes

>> **Rosi Oliveira**
Redação DS

Assunto recorrente há algumas semanas, há pelo menos três, o transporte escolar voltou a ser lembrado na Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, na última terça-feira, quando em suas falas criticaram a decisão do município de parar de realizar o transporte público municipal de estudantes do Ensino Superior da Gleba Triângulo e do Distrito de São Jorge. Ao saber da repercussão que o assunto tomou, o secretário de Educação do município, Adriano Fernandes concedeu entrevista, onde aproveitou para esclari-

recer tanto aos vereadores, quanto aos alunos e pais o que realmente está acontecendo. “Há alguns anos atrás, essa linha foi criada com a finalidade de trazer para a cidade alunos do ensino médio e do EJA e também profissionais da educação que aqui realizavam um curso chamado Pró Funcionário, e com isso como o ônibus não vinha cheio, acabava usando o bom senso e trazendo os universitários ou alunos da rede estadual, mas quando começou a ser ofertado esse ensino na localidade eles deixaram de utilizar o transporte, que foi mantido por causa dos profissionais que faziam esse curso”, pon-

tua o secretário respaldado pela Lei Municipal 3.682, de 30 de novembro de 2011.

Segundo Fernandes, isso foi realizado até que o curso, que era presencial passou a ser online, perdendo então a finalidade da linha em questão, pois os professores não necessitam mais vir ao município para realizá-lo.

Ainda conforme o gestor, a mesma Lei é clara quanto ao transporte de alunos do município e em momento algum trata do transporte para o nível superior. “Art. 2º Para utilizar o transporte escolar a aluno deverá residir na zona rural e estar matriculado em escola pública que ofer-

te o ensino fundamental e ou/ médio”, cita trecho da Lei.

“Isso quero deixar bem claro que não é uma retaliação, e não foi uma decisão tomada sozinha, mas por um conselho que tem a finalidade de fiscalizar e entendeu que isso não é legal. Temos uma lei criada pelos gestores e assinada pelo há época secretário de Administração, hoje vereador, Vagner Constantino que nos ampara e nos dá os parâmetros legais. Aqui não tem secretário fraco, tem secretário honesto. Estou a disposição para discutir o assunto e trabalhar dentro da legalidade”, enfatizou o secretário.